

INSTITUTO FEDERAL EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – CAMPUS SALTO
TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01-364/20169
Processo Administrativo nº 23313.001015.2019-85

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – Campus Salto, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA <u>ESTIMADA</u>	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL (UNITÁRIO)	VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL	Margem de Preferência
1	1	Pão francês recheado com margarina com sal sem gordura trans, de boa qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados e embatumados, aspecto massa pesada e de características organolépticas anormais - Embalados em porções de aproximadamente 50 gramas cada	BR0293889/ 0049	Unidade	18.400	1,27	23.368,00	Não Há
	2	Pão de leite recheado com margarina sem gordura trans., doce, de boa qualidade com miolo branco e casca de cor dourada brilhante e homogênea. Serão rejeitados pães mal assados, queimados, amassados, achatados e embatumados, aspecto massa pesada e de características organolépticas anormais - Embalados em porções de aproximadamente 50 gramas cada	BR0272084/ 0045	Unidade	8.000	1,30	10.400,00	Não Há
	3	Rosca com creme de baunilha, que tenha com base os seguintes ingredientes: farinha de trigo, margarina, leite, ovos, açúcar e fermento. Sem aditivos, de boa qualidade, características organolépticas normais -Porção de aproximadamente 80 gramas ou superior cada	BR0302688/ 0055	Unidade	4.000	3,00	12.000,00	Não Há
TOTAL DO GRUPO 1							R\$ 45.768,00	

1.1. O prazo de vigência da contratação é de doze meses ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos, o que primeiro ocorrer, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando ser a alimentação escolar um direito constitucional dos estudantes da educação básica e que parte do repasse de verba será pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE (após atendimento da exigência de pelo menos 30% do valor do recurso ser utilizado para aquisição de gêneros da

agricultura familiar), faz-se necessária a aquisição de alimentos para a garantia de atendimento desse direito aos alunos do IFSP – Câmpus Salto.

2.2. Através da aquisição dos alimentos listados na presente requisição haverá garantia de atendimento do direito à alimentação aos alunos do Câmpus Salto.

2.3. O objetivo é fornecer Gêneros Alimentícios de qualidade para os alunos da educação básica – ensino médio integrado ao técnico do IFSP – Câmpus Salto.

2.4. Entende-se por alunos da educação básica:

A LDBN (1996) em seu artigo 21 deixa claro que a educação escolar [...] compõe-se de:

“I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.”

2.5 Em seguida no Capítulo II (da Educação Básica), regulamenta todas as modalidades que compõem a educação básica: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; educação profissional e tecnológica e educação de jovens e adultos.

2.6 Especificamente no artigo 36-B, que corresponde à seção da educação profissional e tecnológica, há o esclarecimento do desenvolvimento dessa modalidade em nível médio.

Art. 36-B. A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas:

I - articulada com o ensino médio.

II - subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio”.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os materiais a serem adquiridos enquadram-se na definição de “bens comuns”, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. A entrega dos itens **ocorrerá de forma parcelada, de acordo com a demanda, intercalando semana com entrega e semana sem entrega**, nos prazos e horários descritos abaixo, sendo que a quantidade a ser fornecida será informada pela Equipe de Fiscalização com no mínimo 1 (um) dia útil antes da data da entrega, via e-mail constante no cadastro do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou por telefone:

4.1.1 As segundas, terças, quintas e sextas-feiras deverão ser entregues uma vez ao dia às 15h00, na Unidade I;

4.1.2 As quartas-feiras deverão ser entregues duas vezes ao dia às 9h45 e às 18h00, na Unidade I;

4.1.3 Na Unidade II deverão ser entregues às segundas e terças-feiras, uma vez ao dia, às 15h00;

4.2. Serão tolerados no máximo 30 (trinta) minutos de atraso.

4.3. Os horários e frequência das entregas poderão ser alterados pela Contratante, de acordo com as alterações do calendário escolar e deverão ser informados com uma semana de antecedência.

4.4. Na impossibilidade de entrega de algum (uns) dos itens, a Contratada poderá, desde que devidamente justificado e autorizado pela Contratante, substituir o (s) item (ns) faltantes por outro item constante nesse Termo de Referência, sem qualquer ônus para o IFSP – Campus Salto.

4.5. Os endereços das unidades do IFSP - Salto:

4.5.1. Unidade I – Campus Salto: Rua Rio Branco, nº 1780 – Vila Teixeira, Salto/SP, CEP 13320-271.

4.5.2. Unidade II (Escola Maria Constança): Rua Francisco de Arruda Teixeira, 440 - Vila Flora - Salto - SP - CEP: 13321-110.

4.5.3. Poderá ocorrer situações em que deverá ser entregue os itens nos finais de semana e/ou feriados, a depender do calendário acadêmico, porém tal fato será comunicado pela Contratante a Contratada com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.

4.6. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 1 (um) dia, ou a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.7. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) minutos, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.7.1. A vistoria de conformidade será realizada durante a entrega dos itens.

4.7.2. O recebimento dos gêneros se concretizará com o preenchimento do Termo de Vistoria dos Itens (Anexo III – Do Edital), no qual constará, em caso de necessidade, os itens recusados e o motivo da não aceitação, devendo a Contratada providenciar sua substituição, sem qualquer ônus para a Contratante.

4.8. Os gêneros poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 1 (uma) hora, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.1. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (duas) horas, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: tipo de item, quantidade, prazo de validade.

6.1.2. A cada entrega dos itens pela Contratada será realizada a coleta de amostra pela Equipe de Fiscalização com o objetivo de esclarecimento em casos de ocorrência comprovada de enfermidade transmitida por alimentos prontos para o consumo.

6.1.2.1. As amostras serão armazenadas por 72 (setenta e duas) horas e protegidas de contato com outros alimentos e de outras possíveis fontes de contaminação.

6.1.2.2. Em caso de surto alimentar, a Contratante providenciará o contato com o laboratório para retirada da amostra para análise microbiológica.

6.1.2.3. As despesas relacionadas com a análise, incluindo o laboratório, ficará sob responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus para a Contratante.

6.1.2.4. Caso o resultado da análise seja positivo para contaminação, será exigido da Contratada a apresentação da Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), visando localizar possíveis falhas no processo que possam ter causado a contaminação do alimento.

6.1.2.5. Se for verificado falhas no processo de produção/manipulação e/ou no transporte dos alimentos, a Contratada será notificada para que se atente e incorpore as soluções constantes no APPCC e/ou no transporte, sem prejuízo das penalidades previstas.

6.1.2.6. Após a apresentação do APPCC pela Contratada, a Contratante realizará novas análises microbiológicas para certificação de que os itens não estejam contaminados novamente.

6.1.2.7. Uma vez apontado pela análise microbiológica a contaminação e comprovado através do APPCC de que o processo de produção/manipulação dos itens estejam em não conformidade e, uma vez notificada, a Contratada não providenciou as adequações necessárias para sanar os perigos e pontos críticos, a Contratante poderá rescindir o contrato, respeitando os trâmites legais.

6.1.2.8. Além do mencionado no item anterior, a Contratante irá descontar o valor equivalente a quantidade e tipo dos itens entregues contaminados do valor total a ser pago a Contratada apurado através da nota fiscal.

6.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

6.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do item do dia, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

6.1.5.1. No caso de ocorrer atraso na entrega, porém uma vez já comunicado pela Contratada a Contratante, a situação da alimentação dos alunos será reorganizada pelo campus. Contudo, tal fato não poderá ser reincidente, sob pena de aplicação de penalidades e até rescisão contratual por não cumprimento do objeto.

6.1.5.2. Na impossibilidade de entrega de algum (uns) dos itens, a Contratada poderá, desde que devidamente justificado e autorizado pela Contratante, substituir o (s) item (ns) faltantes por outro item constante nesse Termo de Referência, sem qualquer ônus para o IFSP – Câmpus Salto.

6.1.5.3. Caso o item a ser substituído não seja aprovado/autorizado pela Contratante, a Contratada deverá providenciar outro item até que seja devidamente aprovado.

6.1.5.4. Caso a Contratada não disponha de item para substituição, a Contratante notificará a Contratada para que tal fato não mais ocorra. Persistindo o caso em mais dias dentro de um mesmo mês, a Contratante tomará as devidas providências para penalização da Contratada, inclusive podendo haver rescisão contratual por não cumprimento do objeto.

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

- 11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 12.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 12.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 12.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 12.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 12.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 12.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 12.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.3. Multa moratória de 0,3% (zero virgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 12.3.1. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 12.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 12.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 12.3.4. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

12.3.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

12.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.4. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

12.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

12.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Fonte: 0113150072;

PTRES: 111776;

Natureza de Despesa: 3.3.90.32.03;

Plano de trabalho: 12.306.2080.00-PI.0001;

Plano Interno: L0000P0100N.

Salto/SP, 19 de julho de 2019.

Alissa legoroff de Almeida
Coordenadora de Licitações e Contratos

Edilson Aparecido Bueno
Diretor Geral em exercício – Port. SLT nº 93/2019